



ENAAC

Estratégia Nacional
de Adaptação às Alterações Climáticas



RELATÓRIO INTERCALAR #1
2015-2016



**AGÊNCIA
PORTUGUESA
DO AMBIENTE**

O presente relatório destina-se a dar resposta ao disposto no capítulo 2.5 da ENAAC 2020 (anexo III da RCM n.º 56/2015, de 30 de julho). Deste modo são reportados os progressos para o período 2015-2016 relativos a cada um dos objetivos da ENAAC 2020 bem como a definição de recomendações no sentido de obviar dificuldades ou lacunas e propor melhorias. O relatório incide nas diversas áreas temáticas e sectores prioritários, no estado atual de conhecimento, no grau de integração da adaptação nas diversas políticas públicas e sectoriais e na implementação de medidas de adaptação.

Ficha técnica:

Título: Relatório Intercalar #1

- no âmbito da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas 2020 (RCM 56/2015 – anexo 3)

Autoria: Grupo de Coordenação da ENAAC 2020, que compreende as seguintes entidades com as respetivas atribuições de coordenação específica,

Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (Coordenação Geral; todas as AT; GT Zonas Costeiras e Mar))

Associação de Nacional de Municípios Portugueses (AT Ordenamento do Território)

Autoridade Nacional de Comunicações (GT Transportes e Comunicações)

Autoridade Nacional de Proteção Civil (GT Segurança Pessoas e Bens)

Camões — Instituto da Cooperação e da Língua, I. P. (AT Cooperação)

Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (GT Agricultura)

Direção-Geral das Atividades Económicas (GT Economia)

Direção-Geral da Energia e Geologia (GT Energia)

Direção-Geral de Política do Mar (GT Zonas Costeiras e Mar)

Direção-Geral da Saúde (GT Saúde)

Direção-Geral do Território (AT Ordenamento do Território)

Direção Regional do Ambiente da Região Autónoma dos Açores

Direção Regional do Ordenamento do Território e Ambiente da Região Autónoma da Madeira

Fundação para a Ciência e Tecnologia (AT Investigação e Inovação)

Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GT Agricultura)

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (GT Biodiversidade e GT Florestas)

Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P. (GT Transportes e Comunicações)

Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P. (AT Comunicação e Divulgação)

Edição: Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.

Data: Dezembro 2016

Local: Amadora

1. Processo de implementação da ENAAC 2020

Com a publicação da ENAAC 2020 em julho de 2015 foi dado início a diversos processos enquadrados na governação da ENAAC 2020 - Grupo de Coordenação (GC), Áreas Temáticas (AT), Grupos de Trabalho Sectoriais (GT). A coordenação geral da ENAAC 2020, assegurada pela APA, traduziu-se na produção de documentos técnicos com propostas nas áreas temáticas e na divulgação de conhecimento relativo a vários processos em curso, nacionais e internacionais, bem como na solicitação de contributos aos GT e AT para efeitos de planeamento e reporte dos trabalhos realizados, bem como do tratamento e harmonização dessa informação de modo a promover a coerência entre políticas. Foi ainda criada e disponibilizada uma plataforma informática para partilha documental para toda a estrutura da ENAAC 2020. Adicionalmente os trabalhos da ENAAC 2020 foram dinamizados através das seguintes reuniões do Grupo de Coordenação:

26 nov 2015: Apresentação da ENAAC 2020, planeamento dos trabalhos (constituição dos GT, agendas das AT, constituição do PC), últimos desenvolvimentos em matéria de adaptação (Programa AdaPT, Portugal 2020 / POSEUR / PDR 2020, Programa LIFE e projetos Capacitação e LIFESHARA, Horizonte 2020, Estratégia UE) e plataforma de partilha documental de apoio à ENAAC.

11 mai 2016: Ponto de situação dos trabalhos dos GT e Regiões Autónomas, propostas de linhas de ação das AT, apreciação de lista de peritos para constituição do PC, pontos de informação (Programa AdaPT incluindo apresentação do Portal do Clima, POSEUR - aviso dos Planos Intermunicipais de Adaptação no âmbito dos Pactos Territoriais, indicador do POSEUR “nível de implementação de medidas de adaptação”, projetos LIFE).

25 nov 2016: Balanço de atividades da ENAAC 2020 (AT e GT), preparação do Relatório Intercalar #1 resultante dos contributos dos relatórios de progresso das AT e dos GT, apresentação (FFCUL) da proposta de metodologia de cálculo do indicador de resultado do POSEUR, ponto de informação quanto ao exercício *scoreboard* da Estratégia Europeia de Adaptação, solicitação de contributos para definição das prioridades de financiamento sectoriais.

Neste período foram constituídos os GT, aprovados os respetivos termos de referência e definidos os planos de implementação bianual. Cada GT tem desenvolvido os seus trabalhos a seu ritmo, conforme expresso nos relatórios de progresso submetidos em novembro 2016 pelos GT destacando-se as reuniões realizadas em cada um. Dada a heterogeneidade de alguns GT foram criados subgrupos dentro dos mesmos, como é o caso do GT ECON com o subgrupo Indústria (coordenação pelo IAPMEI), subgrupo Turismo (coordenação pelo Turismo de Portugal), e subgrupo Serviços; bem como o caso do GT TRANS com o subgrupo Transportes (coordenação IMT) e subgrupo Comunicações (a cargo da ANACOM). Verifica-se também que alguns GT têm envolvido outros, explorando as complementaridades intersectoriais, como é o caso do GT AGRI, GT BIODIV, GT FLORT, GT ECON, GT SEGUR, GT MAR. Realça-se que, apesar da importância do sector das comunicações durante ou após a ocorrência de eventos extremos, que podem ser potenciados pelas alterações climáticas, o subgrupo Comunicações do GT TRANS revelou não ter recebido qualquer pedido de colaboração por parte dos outros GT, facto que será objeto de reflexão no decorrer dos trabalhos próximos.

A nível das AT foi definido o plano de implementação bianual 2016-2017, em articulação com os GT, com um conjunto de linhas de ação para as prioridades definidas na própria RCM n.º 56/2015. Face ao previsto no plano, os coordenadores das AT prepararam em novembro 2016 documentos de orientação com as atividades desenvolvidas e a desenvolver dentro de cada linha de ação. Nestes documentos são identificados os elementos da estrutura da ENAAC que deverão ser envolvidos no desenho e implementação das respetivas atividades, bem como a apresentação de um cronograma de execução.

Durante este período foi também finalizada a proposta de Painel Científico, com base nas propostas de todas as entidades coordenadoras, tendo sido aprovada pelo Sr. Ministro do Ambiente a lista de 20 nomes escolhidos, aguardando-se a publicação em Diário da República do Despacho que formalizará a constituição do Painel Científico.

A nível da Região Autónoma da Madeira (RAM), e na sequência da aprovação da Estratégia Clima-Madeira, (Estratégia de Adaptação às Alterações Climáticas da RAM), através da Resolução de Conselho de Governo n.º 1062/2015, de 2 de Dezembro, foi constituído o Grupo de Coordenação que integra representantes das diferentes estruturas da SRA (Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais), que tem a responsabilidade de articular entre os diferentes pilares da Comunidade de Adaptação o processo de implementação e monitorização da Estratégia. Esta Comunidade de Adaptação tem a missão de integrar as múltiplas perspetivas dos agentes no processo de adaptação e aconselhar o Painel de Agentes, acompanhamento das iniciativas desenvolvidas e apresentação de propostas de melhoria à Estratégia. A Comunidade de Adaptação é constituída por representantes do Poder regional (membros dos diversos sectores da administração regional com interesse na matéria), do Poder local, do Conhecimento local (sector académico), Sector privado (empresarial) e Sociedade Civil (ONG). Durante este período de vigência, o Grupo de Coordenação tem acompanhado as diversas iniciativas promovidas pelas diversas entidades que, no âmbito das respetivas competências, têm sido colocadas no terreno e são do interesse e se coadunam com os objetivos da Estratégia Clima-Madeira.

Tabela 1: Reuniões realizadas no âmbito dos Grupos de Trabalho Sectoriais e Regiões Autónomas dos Açores e Madeira.

Grupo Sectorial	Data	Observações	Entidades envolvidas
GT AGRI	jan-mai 16	Reuniões de coordenação preparatórias da constituição do GT-AGRI.	GPP, DGADR, AG PDR 2020, AGROBIO, AJAP, ANPROMIS, ANPOC, ANSEME, APOSOLO, CAP, CNA, CNJ, CONFAGRI, COTArroz, COTHN, COTR, DGAV, DRAPN, DRAPC, DRAPLVT, DRAPALE, DRAPALG, EDIA, FENAREG, FEPABO, FNOP, GT FLORT/ICNF, GT BIODIV/ICNF, GT ECON/DGAE, GT SEGUR/ANPC, ICNF, INIAV, IPMA, IVV, ISA, LPN, UÉvora, UNAC, UTAD
	mai-jun 16	1ª reunião do GT AGRI com aprovação dos termos e prioridades de funcionamento do grupo, bem como confirmação de seus representantes em forums relacionados (ATs, GT BIODIV, GT FLORT).	
	6 jul 16	1ª reunião do subgrupo OE1 (Aumentar a resiliência, reduzir os riscos e manter a capacidade de produção de bens e serviços) para acerto de metodologias de trabalho.	
	22 set 16	2ª reunião do subgrupo OE1 (Aumentar a resiliência, reduzir os riscos e manter a capacidade de produção de bens e serviços) para conclusão balanço OE1, identificação de falhas/necessidades de medidas/ações e recomendações para futuros desenvolvimentos, para a ENAAC 2020 e identificação de lacunas e necessidades para AT de OE1.	
	6 jul 16	1ª reunião do subgrupo OE2 (Melhorar e transferir o conhecimento) para acerto de metodologias de trabalho.	
	19 set 16	2ª reunião do subgrupo OE2 (Melhorar e transferir o conhecimento) para conclusão balanço OE2.	
	19 out 16	3ª reunião do subgrupo OE2 (Melhorar e transferir o conhecimento) para conclusão lacunas/boas práticas e necessidades para AT de OE2.	
	13 jul 16	1ª reunião do subgrupo OE3 (Monitorizar e avaliar) para discussão de balanço OE3 e identificação da necessidade de articulação na demonstração de resultados com os trabalhos desenvolvidos nos subgrupos OE1 e OE2, bem como linhas de ação da AT "Financiar e Implementar a Adaptação".	
	15 dez 16	2ª reunião do GT AGRI.	
GT BIODIV	30 mar 16	1ª Reunião do GT BIODIV (em conjunto com o GT FLORT) onde foi efetuado um enquadramento da matéria e apresentados os resultados dos trabalhos da 1ª fase da ENAAC..	ICNF, GT AGRI, GT FLORT, GT MAR_APA, GT MAR_DGPM, IPMA, FAPAS, GEOTA, LPN, QUERCUS, SPEA, ZERO, CAP, vários peritos
	4 mai 16	2ª Reunião do GT BIODIV, onde foram aprovados os	

Grupo Sectorial	Data	Observações	Entidades envolvidas
		termos de referência e do plano de trabalhos do GT, e discutida a constituição do painel científico.	
GT ECON	24 mai 16	1ª reunião de coordenação do GT ECON para apresentação de estrutura, novos objetivos definidos para a ENAAC 2020, plano de trabalhos e discussão sobre o Painel Científico.	Subgrupo de Trabalho Serviços: CCP, CSP, APED, AHRESP
	14 set 16	Reunião com os 3 subsectores (Indústria, Turismo, e Serviços) para acordo da agenda até final de 2016.	Subgrupo de Trabalho Indústria: APICER, CELPA, ATPI, ATIC, APEQ, ANEMM, AIVE, AÇOMEFER, FIPA, APCOR, AIMMP, APICCAPS, APIC, CIP
	jun-nov 16	Reuniões sectoriais bilaterais no âmbito do subgrupo Indústria.	
	dez 16	1ª reunião do subgrupo Turismo.	
	nov 16	1ª reunião do subgrupo Serviços.	
GT ENERG	-	1ª reunião de kick off com constituição do GT Energia interno na DGEG, identificação de 3 peritos propostos para integrar o Painel Científico.	DSSE (Direção de Serviços de Sustentabilidade Energética), DSPEE (Direção de Serviços de Planeamento Energético e Estatística), DEIR (Divisão de Estudos, Investigação e Renováveis), DSC (Direção de Serviços de Combustíveis), DSEE (Direção de Serviços de Energia Elétrica) Prevendo-se também para 2017: EDP, EDP Produção, EDP Distribuição, GALP Energia, REN, ERSE, APREN, TURBOGAS, Tejo Energia, ELECGAS
	-	2ª reunião com definição de atividades a desenvolver e identificação dos <i>stakeholders</i> a envolver nas diferentes etapas dos trabalhos	
	-	3ª reunião com definição de atividades a desenvolver e reconhecimento da necessidade de uma reunião bilateral com a APA	
	-	4ª reunião com reunião bilateral com APA; ponto de situação das atividades desenvolvidas pela DGEG, discussão de novas abordagens para o estudo da adaptação às alterações climáticas	
	-	5ª Reunião com ponto situação dos trabalhos do GC e preparação de reunião com os <i>stakeholders</i> da ENAAC I.	
GT FLORT	30 mar 16	1ª reunião do GT FLORT (em conjunto com o GT BIODIV) onde foi efetuado um enquadramento da matéria e apresentados os resultados dos trabalhos da 1ª fase da ENAAC.	ICNF, GT BIODIV, GT AGRI, GT ECON, CEABN, DGAE, DGADR, DGT, GPP, INIAV, IPMA, ISA, Univ. Évora, UTAD, AIFF, ANEFA, ANPC, ANPEB, CAP, CELPA, Centro PINUS, CNA, FENÇAÇA, FENAFLORESTA, FNAPF, Forestis, LPN, Quercus, Resipinus, UNAC
	3 mai 16	2ª reunião do GT FLORT, onde foram aprovados os termos de referência, plano de trabalhos do GT e discutida a constituição do painel científico	
GT MAR	-	Trabalhos seguintes da Estratégia Nacional do Mar 2013-2020.	DGT, DGPM, APA, DGRM, IPMA, EMEPC, autarquias, IH, LNEG, FAP, ICNF, instituições I&D, Proteção Civil, ONGA, CIGeoE, Capitánias, Portos, Docapesca, FCT, Universidades, IDL, CCMAR, IPL, INESC-TEC, MCTES, FC, CIIMAR, LNEC, Adm. Portuárias e Naveg. do Douro, AMN, INIAV, MCEST, GRA, MEC, CCDR, MP, DCAM, PM, GNR, SIS, SEF, PJ, ASAE, DGAV, ANS, Parceiros, equipas dos POC, DGRDN, MA, AR, IGAMAOT, outros
	-	Trabalhos seguintes da ENGIZC 2009, do PAPVL 2012-2015 (e Plano de Ação para o Litoral – Litoral XXI, em curso), dos Relatórios do Grupo de Trabalho do litoral (2014) e do Grupo de Sedimentos (2015).	
GT SAUDE	30 ago 16	1ª reunião do GT SAUDE.	Direção-Geral da Saúde, Administração Central do Sistema de Saúde, Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, ARS Norte, ARS Centro, ARS Lisboa e Vale do Tejo, ARS Alentejo, ARS Algarve
	7 nov 16	2ª reunião do GT SAUDE.	
GT SEGUR	18 mai 16	Reunião da Sub-Comissão da Plataforma Nacional para a Redução do Risco de Catástrofes com o propósito de promover e divulgar as boas práticas de redução do risco e aumento da resiliência das infraestruturas/comunidades.	ANPC, Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais, DGAE, DGAM, Estado-Maior General das Forças Armadas, Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, Serviço Regional de Proteção Civil da Madeira, Sistema de Segurança Interna, Liga dos Bombeiros Portugueses, PSP, GNR, ANMP, C.M. Amadora, C.M. Lisboa, C.M.
	13 dez 16	2ª Reunião da Sub-Comissão da Plataforma Nacional para a Redução do Risco de Catástrofes com o propósito de fazer o ponto de situação dos trabalhos.	

Grupo Sectorial	Data	Observações	Entidades envolvidas
			Cascais, C.M. Funchal, C.M. Torres Vedras, C.M. Setúbal, C.M. Odivelas, Ordem dos Engenheiros, Ordem Engenheiros Técnicos, Ordem dos Arquitetos, Instituto Superior Técnico, Centro de Estudos Sociais – Univ. Coimbra, CGD, EDP Distribuição, IP, APS, SONAE, EPAL, Galp Energia, NOS, Associação Insular de Geografia, DGT, INEM, APA, IPMA, FEUP, ICNF
GT TRANS	25 mai 16	1ª reunião do Subgrupo Transportes para consolidação da estrutura do Grupo de Trabalho; definição do modo de funcionamento, competências e objetivos específicos do Grupo de Trabalho; apresentação do nome a propor para o Painel Científico da ENAAC; aprovação do Plano de Atividades para 2016.	Subgrupo Transportes: ANAC, ANTRAM, ANTROP, APA, APCAP, CP, IMT, IP, GPPQ
	19 out 16	2ª reunião do Subgrupo Transportes para debate sobre o ponto de situação do Grupo de Trabalho; apresentação: “Resultados preliminares da análise ao inquérito à adaptação climática no sector dos transportes”. (IMT); apresentação: “O sector dos transportes no H2020: Participação nacional e prioridades futuras”. (GPPQ); apresentação: “Oportunidades de financiamento do Programa LIFE” (APA); Debate sobre obtenção de dados sobre alterações climáticas.	
	14 abr 16	1ª reunião do Subgrupo Comunicações para apresentação da ENAAC 2020, constituição do grupo sectorial de comunicações do GT TRANS, e calendarização dos trabalhos.	Subgrupo Comunicações: associações e empresas operadoras de comunicações, fabricantes e instaladores de equipamentos, sistemas e infraestruturas, designadamente: ACIST, CME, NOWO, NOKIA, PT, NOS, VODAFONE, VISABEIRA, CTT, ARTELECOM. Adicionalmente ANPC e APA (na 1ª reunião).
	11 mai 16	2ª reunião do Subgrupo Comunicações para ponto de situação sobre o andamento dos trabalhos dos grupos sectoriais, abordagem para a constituição de painel científico.	
	3 jun 16	3ª reunião do Subgrupo Comunicações com programa de trabalhos – apresentação de propostas de ações pelos membros e debate, e seleção de perito para painel científico.	
	21 nov 16	4ª reunião do Subgrupo Comunicações para construção/debate do plano de ação para 2017; resumo das alterações climáticas previstas para o futuro; discussão sobre os riscos resultantes das alterações climáticas; aprovação do programa de trabalhos.	
RA Açores	jan 16	Reuniões do grupo de acompanhamento dos trabalhos do PRAC	Direção Regional do Ambiente (coordenador), Gabinete de Planeamento da Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente, Secretaria Regional do Turismo e Transportes, através da Direção Regional de Energia, Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, Secretaria Regional da Saúde, Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores e Laboratório Regional de Engenharia Civil Para além do GT PRAC, foram consultadas outras entidades públicas e privadas com competências nos sectores em estudo
	mai 16		
	jul 16		
	out 16		
RA Madeira	-	Reunião do Grupo de Coordenação da Estratégia Clima-Madeira.	Por parte do Grupo de Coordenação: Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais (Gabinete do Secretário Regional, Instituto das Florestas e Conservação da
	23 nov 16	Encontro de trabalho (<i>workshop</i>) da Comunidade de Adaptação promovido pelo Grupo de Coordenação da	

Grupo Sectorial	Data	Observações	Entidades envolvidas
		<p>Estratégia Clima-Madeira com o objetivo de proceder à atualização dos dados, acompanhar as iniciativas desenvolvidas no âmbito da Estratégia CLIMA-Madeira, avaliar os indicadores de conteúdo nos respetivos sectores e apresentar propostas de melhoria ao documento. Do encontro resultou a emissão de um conjunto de contributos de grande parte das entidades participantes para a atualização e melhoria da Estratégia Clima-Madeira, que vão ser coligidos e trabalhados internamente para serem integrados em função da sua pertinência.</p>	<p>Natureza, IP-RAM, Águas e Resíduos da Madeira, S.A., Direção Regional do Ordenamento do Território e Ambiente)</p> <p>Por parte do Painel de Agentes: Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM, Águas e Resíduos da Madeira, S.A., Direção Regional de Agricultura, Direção Regional de Equipamento Social e Conservação, Laboratório Regional de Engenharia Civil, Empresa de Eletricidade da Madeira, Instituto de Administração da Saúde e Administração da Saúde, Direção Regional de Educação, Instituto Português do Mar e da Atmosfera-Observatório do Funchal, Serviço Regional de Proteção Civil, Agência Regional de Energia e Ambiente da Madeira, Associação Insular de Geografia.</p>

2. Progresso relativo ao objetivo ENAAC 2020 “Melhorar o nível de conhecimento sobre as alterações climáticas”

SÍNTESE DOS TRABALHOS REALIZADOS DURANTE O PERÍODO 2015-2016

Este objetivo da ENAAC 2020 “visa atualizar, desenvolver e promover o conhecimento sobre as alterações climáticas e avaliar os seus potenciais riscos, impactes e consequências, incluindo os relacionados com eventos meteorológicos extremos”. Como exemplo, enquadram-se neste objetivo atividades de investigação, de recolha e gestão de informação, ou de divulgação do conhecimento, prevendo logo a futura Plataforma Nacional de Adaptação.

Embora todas as AT e GT contribuam para este objetivo, as atividades da AT Investigação e Inovação e da AT Comunicação e Divulgação são-lhe dedicadas em particular.

No caso da AT Investigação e Inovação importa salientar que, embora nesta fase a maioria das ações seja de cariz exploratório (ex. compilar, mapear, planejar), se espera que estas possam rapidamente passar a uma fase mais operacional, à medida que a análise e programação de atividades sejam desenvolvida. As atividades planeadas a mais curto prazo dizem respeito à prioridade de “Apoiar a participação da ciência portuguesa em projetos nacionais e internacionais nas temáticas relacionadas com a Estratégia” nomeadamente através de:

- Eventos de disseminação Horizonte 2020 e Programa LIFE - Em 2015 e 2016 realizaram-se eventos de disseminação, alguns dos quais conjuntos, sobre as oportunidades de financiamento de Investigação e Inovação na temática das Alterações Climáticas

- Definição de um cronograma de eventos de disseminação em 2017 dos diferentes instrumentos de financiamento internacionais (H2020, LIFE, INTERREG, ERA4CS, outros).

- Mapeamento das atividades e financiamento de Investigação e Inovação em adaptação às Alterações Climáticas – a realizar em 2017

- Acompanhamento das atividades dos projetos internacionais de investigação e inovação na área da adaptação às Alterações Climáticas com parceiros nacionais – a realizar em 2017

A AT Comunicação e Divulgação contribuiu para este objetivo ENAAC 2020 essencialmente no contexto das prioridades “Disponibilizar gratuitamente a necessária informação climática e ferramentas de apoio à decisão em adaptação no sector público e privado” e “Adotar planos de comunicação tendo em vista a sensibilização do público em geral em relação às alterações climáticas”. Foi determinante a aproximação do encerramento dos projetos do Programa AdaPT para este fim. O projeto adaptIS - <http://www.adaptis.uc.pt/> (concluído em abril 2016) e o Portal do Clima (<http://portaldoclima.pt/>) constituem atualmente duas ferramentas de referência para apoio à decisão em adaptação. Impõe-se realçar que o envolvimento de todos os GT no estabelecimento dos indicadores a incluir no Portal foi determinante, tendo existido uma grande interação a este nível. Entre outros projetos a concluir em dezembro 2016 merece o destaque do ClimAdaPT.Local (<http://climadapt-local.pt/>) que pela sua cobertura mediática contribuiu significativamente para a sensibilização da adaptação às alterações climáticas.

Neste sentido os Grupos de Trabalho Sectoriais reportaram nos seus relatórios de progresso (novembro 2016) os seguintes desenvolvimentos nesta componente:

Sector Agricultura (GT AGRI)

O GT AGRI fez o balanço de implementação das medidas ENAAC I (componente Agricultura) tendo definido um subgrupo dedicado ao objetivo estratégico “melhorar e transferir o conhecimento”. Este balanço da implementação de medidas seguiu a seguinte abordagem: (A) consolidação das medidas ENAAC I de interesse para Agricultura (M2.1.1, M2.1.2, M2.1.3, M2.1.4, M2.1.7, M2.1.9, M2.2.1, M2.2.2, M2.2.4, M2.2.5) e adaptação da sua

designação; (B) acerto da metodologia de pesquisa de projetos/iniciativas a tomar como referência por medida ENAAC I (AGRI); (C) produção de matriz de projetos/iniciativas de contributo para cada uma das medidas ENAAC I, com projetos-amostra por “níveis de I&I” e por “áreas de investigação AGRI” que serviram de base à identificação de lacunas, recomendações para futuros desenvolvimentos; e (D) proposta preliminar de medidas para ENAAC 2020 (incluídas na Tabela 2), a serem conformadas no contexto do total das medidas AGRI. Em paralelo foi produzida uma matriz de necessidades/recomendações para exploração do potencial de sinergia destas com as ações em desenvolvimento nas áreas temáticas da ENAAC 2020 (AT), incluindo identificação de interações prioritárias para conjugação de respetivos planos de trabalhos.

Sector Biodiversidade (GT BIODIV)

Foi dado início a algumas medidas no âmbito deste objetivo ENAAC 2020 (ver Tabela 2) sendo de destacar o contributo para a “Invitation to review the final draft EEA Report ‘Climate change, impacts and vulnerability in Europe’”, enviado a 15 de março.

Sector Economia (GT ECON)

As medidas aqui enquadradas centram-se na melhoria do conhecimento, estando já a decorrer o processo de avaliação dos impactos, vulnerabilidades e medidas de adaptação. Quanto ao subsector Indústria, implicou alguma reestruturação ao passar para a coordenação do IAPMEI, terá de ter em conta a ausência de uma aprofundada análise que este subsector requer em termos de impactos, vulnerabilidades, medidas de adaptação, identificação das necessidades e falhas de conhecimento, inventariação e mapeamento das vulnerabilidades, etc. No que diz respeito ao subsector Serviços, à semelhança do da Indústria e com a agravante que se trata de um subsector novo na ENAAC, tem um plano de trabalhos ainda mais exigente.

Sector Energia (GT ENERG)

O planeamento de trabalhos do GT ENERG previa inicialmente uma continuação dos esforços da ENAAC I segundo diretrizes semelhantes. Entretanto verificou-se a criação na DGEG de uma estrutura interna de estudos e investigação¹ que veio a capacitar a DGEG para enriquecer e estender aspetos da sua contribuição para a ENAAC. Tornou-se assim uma oportunidade para reanalisar o trabalho desenvolvido, e para repensar e melhorar a estratégia do GT ENERG no âmbito da ENAAC 2020.

Um primeiro resultado deste esforço de reanálise foi a constatação de que é conveniente reexaminar as vulnerabilidades e riscos climáticos identificados na ENAAC I para o sector energético, de modo a melhor focalizar a ação do GT ENERG. Neste sentido, o GT ENERG realizou e uma pesquisa bibliográfica relativamente a adaptação às alterações climáticas no sector energia no contexto europeu e internacional. Adicionalmente fez um levantamento de estudos existentes a nível nacional no âmbito da adaptação às alterações climáticas no sector energia.

O GT Energia tenciona agora também explorar a perspetiva da procura de energia, não desenvolvida na ENAAC I, bem como em mais profundidade onexo energia-água. Isto será feito essencialmente do ponto de vista da modelação mas com a preocupação de verificar se, indiretamente, não estarão em causa adaptações adicionais do lado da oferta.

Sector Florestas (GT FLORT)

O GT FLORT desenvolveu atividades no seguimento do produto do trabalho da ENAAC I, tendo já diversas ações em curso (conforme Tabela 2), e estando em fase de conclusão a identificação das medidas que se revelam desajustadas face à atual evolução ou que necessitam de ser ajustadas, bem como a revisão do quadro de indicadores.

Setor Segurança de Pessoas e Bens (GT SEGUR)

O GT SEGUR identificou um conjunto de medidas para o sector (Tabela 2), tendo como base as anteriormente definidas no contexto da ENAAC I, as quais foram, no entanto, objeto de ajustamento em conformidade com os objectivos da ENAAC2020.

Sector Zonas Costeiras e Mar (GT MAR)

¹ cf. Decreto-Lei 130/2014 de 29 de agosto, Despacho DGEG 4581/2015 de 6 de maio e Despacho SEEn 32/2015 de 9 de junho
DCLIMA/DAM

O GT MAR apresentou uma extensa lista de ações dentro das medidas definidas para o sector. Foi também reportado o ponto de situação para cada ação, verificando-se que muitas destas encontram-se em curso (Anexo I). Estão ainda a ser objeto de candidatura a programas operacionais de financiamento os temas relevantes para a Gestão Integrada das Zonas Costeiras e que envolve as principais ações:

- COSMO: Programa de Monitorização da faixa costeira de Portugal Continental (já aprovada a candidatura);
- SIARL: Implementação da Plataforma Colaborativa que permitirá ser um repositório da Informação e Dados essenciais para promover a GIZC e a integração das ações no Quadro da Estratégia de Adaptação Costeira de nível nacional e local (em fase de preparação da Candidatura).

Sector Transportes e Comunicações (GT TRANS)

No âmbito do subgrupo transportes, o facto do GT TRANS tratar-se de um sector novo na ENAAAC e de não ter um histórico relevante de trabalho em matéria de adaptação traduz-se na natureza das medidas apresentadas, que incluem:

- Diagnóstico preliminar do quadro de adaptação às Alterações Climáticas no sector dos Transportes através da resposta dos membros permanentes do GT TRANS a um inquérito para diagnóstico de vulnerabilidades das infraestruturas de transportes face às Alterações Climáticas;
- Análise preliminar dos dados recolhidos pelo referido inquérito de diagnóstico;
- Organização de sessão de trabalho com a AT “Investigação e Inovação” para identificação de linhas de investigação para adaptação às Alterações Climáticas, que permitam reforçar a resiliência das infraestruturas de Transporte face às vulnerabilidades identificadas no inquérito de diagnóstico.

Na perspetiva das comunicações será ainda de relevar que se bem que se trate de matéria que não é nova para as empresas do sector de comunicações é a primeira vez que ao nível de uma estratégia nacional de adaptação às alterações climáticas, é constituído um grupo sectorial (no caso em conjunto com os transportes) de comunicações, sob coordenação da ANACOM, não tendo sido possível beneficiar do trabalho ou da experiência desenvolvida no âmbito da ENAAAC I. Talvez pelo mesmo motivo o subgrupo constatou carências de desenvolvimento de conhecimento científico e tecnológico específico para as comunicações para o contexto do Continente, Açores e Madeira, no âmbito das matérias em análise. Este último aspeto acarretou a impossibilidade de concretização atempada de nomeação de perito de comunicações para o grupo respetivo.

Região Autónoma dos Açores (RA Açores)

Desde janeiro de 2016 a equipa de adaptação do Plano Regional de Alterações Climáticas (PRAC) procedeu à elaboração e análise de projeções climáticas com base em cenários e efetuou a avaliação de impactes sectoriais às alterações climáticas. Posteriormente procedeu à identificação e análise das vulnerabilidades atuais e futuras e a identificação de opções e medidas de adaptação por sector (recursos hídricos, energia, ecossistemas e recursos naturais, segurança de bens e pessoas, saúde, agricultura e florestas, ordenamento do território e recursos hídricos, pescas e turismo). Ao longo deste processo foram realizados diversos momentos de consulta e interação com *stakeholders*. A 4 de novembro 2016 realizou-se o workshop de validação das vulnerabilidades e definição e priorização das medidas de adaptação às alterações climáticas, que contou com a participação de cerca de 60 pessoas. Encontra-se ainda em elaboração um Manual de Boas Práticas de Resiliência no sector privado.

Tabela 2: Estado das ações e/ou medidas consideradas dentro do objetivo ENAAAC 2020: “Melhorar o nível de conhecimento sobre as alterações climáticas”

Melhorar o nível de conhecimento sobre as alterações climáticas		
Grupo Sectorial	Ações e medidas	Estado
GT AGRI	Agenda nacional de prioridades investigação, inovação, demonstração para A&AAC	Proposta
	Cenários de evolução climática das variáveis relevantes para a agricultura	Proposta
	Desenvolvimento de modelos de produção agrícola em função do clima	Proposta
	Estudo dos mecanismos de adaptação dos sistemas de produção agrícolas	Proposta

Melhorar o nível de conhecimento sobre as alterações climáticas		
Grupo Sectorial	Ações e medidas	Estado
	Desenvolvimento de medidas de adaptação no âmbito da gestão da água & energia na agricultura	Proposta
	Conservação e melhoramento de recursos genéticos de espécies agrícolas, vegetais e pecuárias	Proposta
	Promover a inovação rural para adaptação às alterações climáticas (o papel da agricultura familiar)	Proposta
	Promover a cooperação internacional	Proposta
GT BIODIV	Aumentar o conhecimento sobre os efeitos e formas de adaptação das espécies e habitats, e da estrutura e função dos ecossistemas às alterações climáticas. (Objetivo Específico Bdv 1.1)	Iniciada
	Monitorizar os efeitos das alterações climáticas ao nível das espécies, habitats e ecossistemas. (Objetivo Específico Bdv 1.2)	-
	Disponibilizar à sociedade e aos decisores o conhecimento científico atualizado sobre a adaptação da biodiversidade às alterações climáticas. (Medida Bdv 3.1.1.)	Iniciada
	Implementar um programa de sensibilização sobre alterações climáticas e a biodiversidade. (Medida Bdv 3.2.1.)	-
	Melhorar a circulação e formas de divulgação de informação sobre a adaptação da biodiversidade às alterações climáticas com organismos da União Europeia e do Conselho Europeu. (Medida Bdv 4.2.1.)	-
GT ECON	Atualização da ENAAAC I: Avaliação dos impactos, vulnerabilidades e medidas de adaptação	Em curso
	Identificação das necessidades e falhas de conhecimento através do envolvimento dos <i>stakeholders</i> relevantes para cada sector	Em curso
	Inventariação e mapeamento das vulnerabilidades dos sectores	Proposta
	Promoção de estudos e disseminação da informação compilada entre os <i>stakeholders</i> sectoriais	Iniciada
GT ENERG	Identificação de impactos no sector da oferta de energia por cruzamento das vulnerabilidades ao clima com os riscos específicos das alterações climáticas em Portugal	Em curso
	Modelação da procura de energia com sensibilidade ao clima	Proposta
	Adição de sensibilidade ao clima em modelos de cenarização do sector energético nacional	Iniciada
	Base de dados de literatura académica e relatórios relacionados com alterações climáticas e energia em Portugal	Iniciada
GT FLORT	Identificação das necessidades em Investigação e Desenvolvimento	Em curso
	Desenvolvimento de projeto científico multidisciplinar no âmbito do sector florestal e alterações climáticas	Proposta
	Desenvolvimento de modelos de gestão direcionados para o aproveitamento de recursos naturais	Em curso
	Estabelecer uma rede nacional de arboretos	Proposta
	Desenvolvimento de uma estratégia de comunicação	Proposta
	Promover a cooperação internacional	Iniciada
	Desenvolvimento de programa de formação	Proposta
	Alargamento da rede das matas modelo e áreas de demonstração no âmbito das questões das alterações climáticas	Em curso
	Desenvolvimento de conteúdos e plataformas para a divulgação de informação sobre os impactes das espécies exóticas	Proposta
	Delineamento e implementação de programa de prospeção e monitorização de agentes bióticos	Em curso
	Monitorização a evolução dos espaços florestais	Em curso
	Monitorizar os habitats florestais classificados	Iniciada
	Implementar um sistema de monitorização que permita avaliar a evolução da área ocupada por invasoras	Em curso
	Continuação e ajustamento do programa nacional de monitorização das populações piscícolas de águas interiores.	Proposta
Monitorização das espécies cinegéticas	Em curso	
GT MAR	Ver Anexo I	
GT SAUDE	Estudar e identificar os cenários a nível das regiões de saúde – Administrações Regionais de Saúde (base cenários climáticos).	Proposta
	Proceder à caracterização da Situação de Referência - Saúde Humana, segundo os domínios prioritários definidos (incluindo informação epidemiológica).	Iniciada
GT SEGUR	Reforço de sistemas de monitorização e alerta associados aos riscos: 1) Incêndios florestais - produtos de risco de incêndio, rede nacional de postos de vigia e sistemas de video vigilância florestal; 2) Cheias e inundações - Observação meteorológica, sistemas de aviso meteorológico e sistema de vigilância e alerta de recursos hídricos; 3) Secas - sistema de vigilância e alerta de recursos hídricos, sistema nacional de informação de recursos hídricos; relatórios climatológicos e boletins dos gestores das barragens; 4) Situações meteorológicas adversas - Observação meteorológica e sistema de avisos meteorológicos; 5) Ondas de calor e vagas de frio - Índice de Ícaro e observação meteorológica.	Em curso
	Elaboração de cartografia de risco a nível municipal.	Em curso

Melhorar o nível de conhecimento sobre as alterações climáticas		
Grupo Sectorial	Ações e medidas	Estado
	Desenvolver uma base de dados nacional com o registo de danos associados aos acidentes graves e catástrofes, em que se incluem os fenómenos de origem climática.	Em curso
	Potenciar o uso de imagens de satélite e informação derivada do Programa Copernicus, associado a fenómenos de origem climática	Em curso
	Elaboração do Manual “Gestão do Risco de Inundação. Documento de apoio a boas práticas”, que identifica um conjunto de boas práticas implementadas na gestão do risco de inundações, de modo a evitar o surgimento de novos elementos expostos ou atenuar vulnerabilidades nos já existentes.	Concluída
	Elaboração do Manual de Boas Práticas de Resiliência implementadas em infraestruturas do sector privado e sector empresarial do Estado.	Em curso
	Elaboração da publicação anual “Cidades Resilientes” que apresenta boas práticas implementadas pelos municípios aderentes para prevenir o risco de catástrofe e aumentar a resiliência, incluindo boas práticas de adaptação às alterações climáticas.	Em curso
	Promover campanhas de informação pública sobre os riscos no sentido de aumentar a resiliência e reduzir a vulnerabilidade às alterações climáticas e incêndios florestais.	Em curso
	Disponibilização de informação sobre ocorrências de proteção civil.	Concluída
	Implementar o Referencial da Educação para o Risco nos diversos níveis de ensino.	Em curso
	Realização de Ações de Formação destinada às equipas de intervenção na resposta às emergências (ações de treino operacional).	Concluída
	Realização de Cursos de Formação destinados a professores e autarcas de freguesia sobre Proteção Civil e Prevenção de Risco de Catástrofe, com o propósito de sensibilizar para a redução da vulnerabilidade a fenómenos climáticos extremos.	Concluída
	Organização e execução de exercícios em cenários de fenómenos climáticos extremos	Concluída
GT TRANS	Inquérito à adaptação climática no sector dos transportes	Concluída
	Análise dos dados recolhidos no inquérito à adaptação climática no sector dos transportes	Em curso
	Organização de sessão de trabalho do GT TRANS subgrupo transportes com o Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) e a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) com o objetivo de aprofundar o conhecimento do grupo de trabalho sobre os dados disponíveis sobre eventos extremos climáticos e cenários de alterações climáticas.	Proposta
	Levantamento das principais causas ou dos fenómenos climáticos que afetam as comunicações e das necessidades de melhoria do conhecimento sobre a sua evolução de acordo com cenários climáticos para Portugal	Proposta
	Identificação e partilha de “boas práticas” adotadas pelas empresas de comunicação no respeitante à adaptação às alterações climáticas, incluindo quer a evolução média expectável dos padrões climáticos, quer a ocorrência de fenómenos extremos.	Proposta
	Identificação de ações de cooperação intrassectorial para reforço da resposta às alterações climáticas no subgrupo comunicações.	Proposta
	Identificação de dependências do sector das comunicações relativamente aos restantes sectores integrantes da ENAAAC 2020 para subsequente caracterização e desenvolvimento de ações de cooperação intersectorial para melhoria da resposta às alterações climáticas. (ex.: energia, florestas, segurança de pessoas e bens, ...)	Proposta
RA Madeira	Apoio ao Programa Eco-Escolas	Em curso
	Ação de Formação/Sensibilização sobre as Alterações Climáticas no Centro Cívico do Estreito de Câmara de Lobos, para alunos do ensino Básico	Concluída
	Ação de Formação/Sensibilização sobre as Alterações Climáticas no Centro de Atividades Ocupacionais em São Vicente, para os utentes seniores	Concluída
	Ação de Formação sobre as Alterações Climáticas no Serviço Técnico de Educação Especial, para Professores e funcionários	Concluída
	Ação de Formação “Alterações Climáticas em perspetiva de Sala de aula”, para Professores	Proposta

3. Progresso relativo ao objetivo ENAAC 2020 “Promover a integração da adaptação em políticas sectoriais”

SÍNTESE DOS TRABALHOS REALIZADOS DURANTE O PERÍODO 2015-2016

Este objetivo da ENAAC 2020 pretende “promover a integração e monitorização da componente da adaptação às alterações climáticas (*mainstreaming*) nas políticas públicas e sectoriais de maior relevância, incluindo as políticas de ordenamento do território e desenvolvimento urbano sustentável e os seus instrumentos de planeamento e gestão territorial”. Entre outras ações, enquadram-se neste objetivo a adoção de procedimentos para esse fim, revisão de legislação, elaboração de normas e orientações técnicas, capacitação dos agentes.

Todos os GT contribuem para este objetivo e as atividades da AT Integrar a Adaptação na Gestão dos Recursos Hídricos e da AT Integrar a Adaptação no Ordenamento do Território são-lhe dedicadas em particular.

No caso da AT Integrar a Adaptação na Gestão dos Recursos Hídricos foram registados progressos relevantes em 2016 na prioridade “Promover a divulgação de informação sobre a gestão dos recursos hídricos que oriente os diversos agentes sectoriais na gestão ativa da adaptação às alterações climáticas nas suas atividades, considerando as especificidades das bacias hidrográficas”. Tal decorreu da elaboração e aprovação dos Planos de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH), dos Planos de Gestão dos Riscos de Inundação (PGRl) e do Plano Nacional da Água (PNA). Nestes planos estão definidas medidas de adaptação para serem implementadas durante o período de vigência dos mesmos, entre 2016 e 2021.

A AT Integrar a Adaptação no Ordenamento do Território contribuiu para este objetivo ENAAC 2020 essencialmente no contexto das prioridades “A elaboração de orientações técnicas com vista a assegurar a integração da adaptação às alterações climáticas nos instrumentos de gestão territorial” e “A integração da adaptação às Alterações Climáticas no Programa de Ação do PNPOT”. O desenvolvimento e encerramento do projeto ClimAdaPT.Local tiveram um papel fundamental na capacitação de técnicos municipais para integração da adaptação e elaboração de estratégias municipais. A aposta na comunicação desta experiência permitirá a replicação por muitos outros municípios. Por outro lado a revisão em curso do PNPOT é uma oportunidade para a integração da adaptação estando já previsto a definição de um eixo estratégico sobre alterações climáticas.

Os Grupos de Trabalho Sectoriais reportaram nos seus relatórios de progresso (novembro 2016) os seguintes desenvolvimentos nesta componente:

Sector Agricultura (GT AGRI)

No fim do ano de 2016 veio a consolidar-se a otimização dos resultados por subgrupo em programa comum para AGRI-ADAPT 2020. A lista de ações identificadas para o GT AGRI nas Tabelas 2, 3 e 4 são a soma das medidas/ações resultantes dos trabalhos dos subgrupos (resultados preliminares), pelo que deve ser olhada como ilustrativa das linhas de ação que alimentarão o futuro AGRI-ADAPT 2020.

Sector Biodiversidade (GT BIODIV)

O processo de *mainstreaming* no sector da Biodiversidade tem tido como base a estratégia de adaptação do sector (ENAAC_Biodiv), o principal produto da ENAAC I para o sector, finalizado em 2013. Este documento estratégico tem sido vertido para as políticas de conservação da natureza e da biodiversidade, e para outros documentos de política que com esta se relacionam, incluindo de financiamento. Como resultado da ENAAC I são ainda de referir as sinergias criadas entre os diferentes sectores, bem como com a academia, imprescindíveis em contexto de política para as alterações climáticas e uma mais-valia para o sector da Biodiversidade.

Sector Energia (GT ENERG)

Outro resultado do esforço de reapreciação dos trabalhos da ENAAC I por parte do GT ENERG foi a constatação de que a evolução do sector de oferta de energia, embora desencadeada essencialmente pelas preocupações de segurança do abastecimento e de mitigação das alterações climáticas, se encontra convergente e consistente com

os objetivos da adaptação. São alguns exemplos o aumento das interligações, o aumento da capacidade de armazenamento de energia, o estímulo da produção distribuída de energia renovável e o desenvolvimento de redes inteligentes (*smart grids*). Todas são vertentes tecnológicas e de atuação que aumentam a resiliência do sistema energético face a eventos meteorológicos extremos, subida do nível do mar, e em geral, face às tendências dos parâmetros médios e do aumento de variabilidade interanual tanto do clima como dos recursos energéticos renováveis.

Assim o GT Energia conclui que a falta de menção explícita a nível governamental e empresarial de medidas de adaptação planeada, não significa que não esteja em curso um notável conjunto de políticas e medidas consistentes com as preocupações climáticas. Em concreto no caso dos grandes *stakeholders* contactados na primeira fase, a métrica de sucesso na ENAAC está a ser repensada, pois que não deve basear-se apenas ou principalmente na adoção ou menção explícita de medidas de adaptação em planos – já que como referido estão em implementação políticas e medidas que podem ser consideradas adaptação espontânea particularmente eficaz, mesmo que a motivação seja diversa.

É também de realçar que alguns aspetos das alterações climáticas constituem oportunidades para o sector energético, como é o caso da energia solar, e que numa análise preliminar de novo o GT ENERGEN constatou que as atuais estratégias políticas governamentais e empresariais no sector energético são também de forma geral consistentes com a adaptação a estas oportunidades.

Assim em alternativa a uma estratégia de prosseguimento da atividade do GT ENERGEN mais ou menos em linha com o que foi feito na ENAAC I, com ênfase na responsabilidade de atuação do Estado e dos grandes *stakeholders*, pretende-se agora explorar com mais profundidade ao longo de 2017 a legislação e planos nacionais e empresariais existentes, através de *climate proofing*. Trata-se de avaliar com objetividade a real necessidade de introduzir uma nova camada de requisitos e planeamento na atividade da administração pública e das empresas, por contraste com medidas ENAAC mais soft do tipo informação, aconselhamento e cooperação.

Outro objetivo deste esforço de *climate proofing* é a deteção dos casos em que deveriam existir no enquadramento legal requisitos e disposições alinhadas com a adaptação, bem como daqueles casos em que efetivamente já existem. Um exemplo já identificado pelo GT ENERGEN é o do Sistema Nacional de Certificação Energética dos Edifícios, em que os dados e parâmetros climáticos para aplicação no Sistema já são fornecidos em alinhamento com os cenários RCP disponibilizados pelo Portal do Clima.

Sector Zonas Costeiras e Mar (GT MAR)

O GT MAR elencou os temas relacionados com as Zonas Costeiras e Mar e que deveriam ser considerados nos trabalhos dos outros GT e AT (Anexo II). Reportou também o ponto de situação das ações planeadas, verificando-se que muitas destas encontram-se em curso (Anexo I). Estão ainda a ser objeto de candidatura a programas operacionais de financiamento os temas relevantes para a Gestão Integrada das Zonas Costeiras e que envolve as principais ações:

- SIARL: Implementação da Plataforma Colaborativa que permitirá ser um repositório da Informação e Dados essenciais para promover a GIZC e a integração das ações no Quadro da Estratégia de Adaptação Costeira de nível nacional e local (em fase de preparação da Candidatura);
- 2ª Geração dos POOC/ novos POC/ (em curso).

No âmbito da gestão costeira está em desenvolvimento o Plano de Ação para o Litoral – Litoral XXI e Plano de ação anual. Está também em curso a identificação dos leitos e margens das águas do mar e de quaisquer águas navegáveis ou fluviáveis, de acordo com o disposto na Lei n.º 54/2005, de 23 de agosto, (Lei da Titularidade dos Recursos Hídricos) na sua atual redação e na sequência da publicação da Portaria n.º 204/2016, de 25 de julho, que estabelece a forma e os critérios técnicos a observar na identificação da área de jurisdição da autoridade nacional da água.

No que se relaciona com o Mar, a Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020, identifica os domínios de intervenção e apresenta o plano de ação que inclui os programas a executar e a desenvolver com o objetivo de valorização económica, social e ambiental do espaço marítimo nacional. Tendo presente o plano de ação (Plano Mar-Portugal) foram identificadas os domínios estratégicos de desenvolvimentos e identificadas as ações e projetos com efeitos esperados no quadro das alterações climáticas.

Sector Saúde (GT SAUDE)

No sector saúde destacam-se os progressos na elaboração dos primeiros Relatórios Intercalares pelas cinco Administrações Regionais de Saúde e dela entidade coordenadora do Sector Saúde – Direção-Geral da Saúde. Adicionalmente foram apresentados os primeiros documentos referentes às Estratégias Regionais de Adaptação às Alterações Climáticas - Sector Saúde por duas Administrações Regionais de Saúde (Centro e Lisboa e Vale do Tejo).

Região Autónoma dos Açores (RA Açores)

O Plano Regional para as Alterações Climáticas (PRAC) prevê também a integração sectorial no relatório final (previsto concluir em abril 2017) após a entrega dos relatórios sectoriais de impactes e vulnerabilidades e de opções e medidas de adaptação.

Tabela 3: Estado das ações e/ou medidas consideradas dentro do objetivo ENAAAC 2020: “Promover a integração da adaptação em políticas sectoriais”

Promover a integração da adaptação em políticas sectoriais		
Grupo Sectorial	Ações e medidas	Estado
GT AGRI	Desenvolvimento da estratégia de comunicação para agricultura como área do Portal Nacional de Adaptação	Proposta
	Desenvolver ferramentas de suporte à transferência do conhecimento em adaptação às alterações climáticas (guias de boas práticas agrícolas, programas de formação e de extensão)	Proposta
	Integrar o tema eficiência energética e energias renováveis / Agricultura /economia circular	Proposta
	Aumentar a capacidade de armazenamento da água – Novas propostas	Proposta
	Integrar/reforçar a integração do tema qualidade da água / agricultura	Proposta
	Desenvolvimentos de ferramentas para melhor eficiência da rega (água e energia)	Proposta
	Desenvolvimento de Sistema de informação sobre a qualidade do solo e água	Proposta
	Desenvolvimento sustentado de uma estratégia partilhada de gestão de recursos hídricos	Proposta
	Desenvolver sistemas de gestão de risco	Proposta
	Planos estratégicos para a mitigação dos efeitos da seca agrícola	Proposta
	Reforço dos sistemas de alerta/avisos, monitorização, prevenção de emergência de riscos bióticos na agricultura	Proposta
	Desenvolver estratégia de prevenção de incêndios rurais	Proposta
	Remunerar as externalidades da agricultura – Manutenção da capacidade dos espaços florestais e agrícolas proporcionarem bens e serviços	Proposta
	Reforçar a promoção e a conservação do património genético animal e vegetal	Proposta
GT BIODIV	Integrar a biodiversidade e as alterações climáticas nas várias políticas sectoriais, planos e programas, incluindo os instrumentos de gestão territorial de âmbito regional e local, e nos projetos. (Objetivo Específico Bdv 2.2)	Em curso
	Assegurar a articulação do sector com as orientações para a adaptação da biodiversidade às alterações climáticas emanadas a nível comunitário e multilateral. (Medida Bdv 4.2.2.)	Iniciada
GT ECON	Elaboração de formas e instrumentos de monitorização	Proposta
	Desenvolvimento de uma estratégia comunicacional para a economia, consertada com outras iniciativas nacionais neste âmbito (ex. CCV)	Proposta
	Desenvolvimento de um sistema de informação sobre localização dos operadores económicos (indústria, turismo e comércio), bem como das suas respetivas infraestruturas, acessos e vias de escoamentos	Proposta
	Desenvolvimento de ferramentas sectoriais de apoio à transferência do 1º objetivo da ENAAAC	Proposta
	Integrar temas como mitigação, economia circular	Proposta
	Envolvimento dos <i>stakeholders</i> nas diversas fases de desenvolvimento da ENAAAC	Iniciada
	Promoção das temáticas da ENAAAC junto do poder executivo	Iniciada
GT ENERG	<i>Climate proofing</i> dos planos do sector energético.	Iniciada
	<i>Climate proofing</i> da legislação e regulamentos do sector energético.	Proposta
	Análise de políticas e medidas governamentais e empresariais tendentes a aumentar a resiliência do sector energético e da sua convergência com os objetivos da adaptação.	Iniciada
	Identificação de políticas e medidas governamentais e empresariais tendentes a aproveitar as oportunidades associadas às alterações climáticas.	Proposta

Promover a integração da adaptação em políticas sectoriais		
Grupo Sectorial	Ações e medidas	Estado
	<i>Climate proofing</i> dos planos do sector energético.	Iniciada
	<i>Climate proofing</i> da legislação e regulamentos do sector energético.	Proposta
	Análise de políticas e medidas governamentais e empresariais tendentes a aumentar a resiliência do sector energético e da sua convergência com os objetivos da adaptação.	Iniciada
GT FLORT	Reforçar a componente de adaptação às alterações climáticas nos instrumentos de gestão territorial em particular nos Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF).	Em curso
	Reforçar os mecanismos e instrumentos necessários à melhoria da gestão florestal e diminuição do abandono	Iniciada
	Incorporar na revisão ou alteração do PNDFCI respostas adequadas aos impactos potenciais das alterações climáticas	Proposta
	Programa Operacional Sanidade Florestal	Em curso
	Programa Nacional de Combate a invasoras lenhosas	Proposta
	Favorecer a função produção nas regiões onde é expectável que a produtividade das principais espécies aumente	Em curso
	Promover a capacidade de sequestro de carbono dos ecossistemas florestais	Em curso
	Adequar a legislação de regulação e controlo da pesca e a gestão piscícola à evolução das espécies, populações, comunidades ou tipologias piscícolas	Proposta
	Estratégia nacional de conservação e melhoramento de recursos genéticos de espécies florestais	Proposta
	Enquadrar nas políticas e planos as questões de adaptação às alterações climáticas	Em curso
	Governança e monitorização da implementação das medidas de adaptação	Proposta
GT MAR	Ver Anexo I	
GT SAUDE	Identificar os principais impactes na saúde humana e vulnerabilidades inerentes aos serviços de saúde e respetivo edificado, segundo os domínios prioritários definidos.	Proposta
	Estabelecer as ações a desenvolver/medidas de adaptação no âmbito da saúde humana, serviços de saúde e respetivo edificado, segundo os domínios prioritários definidos.	Proposta
	Estruturação da resposta regional e nacional do Sector Saúde direcionada para a melhoria do conhecimento sobre as alterações climáticas e seus efeitos na saúde humana, a implementação das mais adequadas medidas de adaptação e a integração da adaptação nas políticas do Sector Saúde.	Proposta
GT SEGUR	Alteração do quadro legislativo relativo ao enquadramento da proteção civil no âmbito municipal (com a integração da vulnerabilidade aos riscos e medidas de adaptação às alterações climáticas).	Em curso
	Elaboração da estratégia nacional para uma proteção civil resiliente incorporando a adaptação às alterações climáticas.	Proposta
	Integração da componente de adaptação às alterações climáticas nos Planos de Emergência de Proteção Civil, através da inclusão de cartografia de risco.	Em curso
	Aprovação de 10 Planos Distritais de Emergência da Proteção Civil (cartografia de risco incluindo a identificação de zonas de vulnerabilidade climática).	Concluído
	Elaboração de Planos Locais de Ação para as Alterações Climáticas (PLAAC).	Concluído
	Integração nos instrumentos de planeamento e gestão territorial de âmbito municipal, designadamente nos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), de medidas de prevenção e de minimização de riscos em áreas de maior vulnerabilidade (restrições a áreas de risco), considerando medidas de adaptação às alterações climáticas.	Em curso
	Integração da segurança de pessoas e bens na revisão dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira.	Em curso
	Integração de segurança de pessoas e bens na revisão dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal.	Em curso
	Implementação da Estratégia "Cidades Sustentáveis 2020", em particular no âmbito da integração das políticas urbanísticas com as políticas de proteção civil e de adaptação às alterações climáticas.	Iniciada
GT TRANS	Identificação pelos membros permanentes do GT TRANS, após articulação com as entidades sob a sua alçada, de projetos de adaptação às Alterações Climáticas suscetíveis de obtenção de financiamento	Proposta
RA Madeira	Plano Regional de Ordenamento Florestal da RAM (PROF-RAM), Resolução n.º 600/2015, de 6 de Agosto	Em curso
	Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Arquipélago da Madeira - PGRH10 (Resolução n.º 945/2016, de 15 de Dezembro)	Em curso
	Programa de Desenvolvimento Rural da RAM (PRODERAM 2020)	Em curso
	Plano Regional de Prevenção e Controlo de Doenças Transmitidas por Vetores (DLR n.º 26/2016/M, de 30 de Junho)	Em curso
	Plano de Gestão de Riscos de Inundação	Iniciada
	Programa de Ordenamento Turístico da RAM	Iniciada

4. Progresso relativo ao objetivo ENAAAC 2020 “Implementar medidas de adaptação”

SÍNTESE DOS TRABALHOS REALIZADOS DURANTE O PERÍODO 2015-2016

Este objetivo da ENAAAC 2020 visa “avaliar a atual capacidade de adaptação e priorizar a implementação de opções e medidas de adaptação que moderem futuros impactes negativos e ou ajudem a aproveitar oportunidades decorrentes das alterações climáticas”. Este objetivo abrange a priorização, financiamento e implementação de medidas, a capacitação dos atores envolvidos e a monitorização e reporte das ações tomadas.

Embora todas as AT e GT contribuam para este objetivo, as atividades da AT Financiar e implementar a adaptação e da AT Cooperação internacional são-lhe dedicadas em particular.

No caso da AT Financiar e implementar a adaptação importa salientar que os principais progressos foram registados no âmbito da prioridade “Promover o desenvolvimento de critérios de seleção para o financiamento de projetos de adaptação através de fundos comunitários do Portugal 2020” e com a própria implementação da adaptação por parte dos projetos financiados pelo Programa AdaPT, cinco dos quais são concluídos em 2016 sendo os restantes três concluídos em abril 2017. No âmbito da prioridade acima referida foi prestado apoio à AG POSEUR a vários níveis, nomeadamente:

- Contributos para a proposta de metodologia do indicador de resultado “Nível de implementação de medidas de adaptação às alterações climáticas decorrentes de estratégias e planos”, que contou com a participação ativa das entidades coordenadoras dos GT/AT da ENAAAC e que contará com esta estrutura para o reporte futuro do indicador;
- Apoio à preparação dos avisos de candidaturas referentes a planos municipais, intermunicipais e regionais de adaptação às alterações climáticas;
- Apoio à elaboração de grelhas de avaliação bem como prestação de ação formativa sobre adaptação às alterações climáticas orientada para o preenchimento das mesmas grelhas.

O progresso na AT Cooperação internacional contribui particularmente para a prioridade “Estabelecer um sistema de cooperação ibérica de adaptação às alterações climáticas, que suporte a articulação de estratégias de adaptação de Portugal e Espanha, potencie uma intervenção integrada em regiões fronteiriças, e que dinamize os atuais mecanismos de gestão dos recursos hídricos das bacias hidrográficas partilhadas por ambos os países”. Tal deveu-se ao início do projeto LIFESHARA que inclui uma ação dedicada ao estabelecimento de um marco de cooperação entre as unidades de adaptação às alterações climáticas de Espanha e Portugal para identificação de riscos, vulnerabilidades, prioridades e ações comuns. Igualmente relevante para os trabalhos desta AT é a decisão de promover no período 2017-2020 a continuação de um programa de apoio ao desenvolvimento em alterações climáticas, particularmente dirigido para os tradicionais parceiros da cooperação portuguesa (os países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), incluindo na vertente adaptação às alterações climáticas.

Os Grupos de Trabalho Sectoriais reportaram nos seus relatórios de progresso (novembro 2016) os seguintes desenvolvimentos nesta componente:

Sector Agricultura (GT AGRI)

No âmbito do subgrupo dedicado ao objetivo estratégico “aumentar a resiliência, reduzir os riscos e manter a capacidade de produção de bens e serviços” fez-se também o balanço de implementação das medidas ENAAAC I (componente Agricultura). Este balanço da implementação de medidas seguiu a seguinte abordagem: (A) consolidação das medidas ENAAAC I de interesse para Agricultura (M1.1.1, M1.2.1, M1.2.3, M1.3.1, M1.3.2, M1.3.3, M1.5.3, M1.5.4, M1.6.2, M1.6.4, M1.6.5, M1.7.1, M1.7.2); (B) acerto da metodologia de definição de medidas/iniciativas/projetos a tomar como referência por medida ENAAAC I (AGRI); (C) produção de matriz de projetos/iniciativas de contributo para cada uma das medidas ENAAAC I, com identificação do instrumento enquadrador, entidade responsável, indicadores/metast/valor do indicador à data, sempre que possível. A matriz

serviu igualmente para a identificação de falhas/necessidades de medidas/ações e recomendações para futuros desenvolvimentos, para ENAAC 2020, a serem conformadas no contexto do total das medidas AGRI. Em paralelo foi produzida uma matriz de necessidades/recomendações para exploração do potencial de sinergia destas com as ações em desenvolvimento nas áreas temáticas da ENAAC 2020 (AT), incluindo identificação de interações prioritárias para conjugação de respetivos planos de trabalhos.

No âmbito do subgrupo dedicado ao objetivo estratégico “monitorizar e avaliar”

Da consolidação do balanço da implementação realizada pelo subgrupo dedicado ao objetivo estratégico “monitorizar e avaliar” foi identificada a necessidade de supressão das medidas M3.1.6: Programa nacional de monitorização das populações piscícolas de águas interiores e M3.1.7: Monitorização das espécies cinegéticas, dado serem temáticas do GT FLORT.

Sector Biodiversidade (GT BIODIV)

No âmbito do Programa BIODIV_ADAPT 2020 foi dado início ao levantamento dos projetos e ações que contribuem para a adaptação da biodiversidade às alterações climáticas, com início/execução nos períodos 2013-2015, e 2016-2020.

Sector Energia (GT ENERG)

Nos trabalhos da ENAAC 2020 o GT ENERG pretende desenvolver junto dos *stakeholders* envolvidos nos trabalhos da ENAAC I um diagnóstico no sentido de verificar e avaliar de que forma as medidas de adaptação foram incorporadas / implementadas / desenvolvidas no âmbito da sua gestão e planeamento.

Sector Florestas (GT FLORT)

No seguimento do produto do trabalho da ENAAC I encontram-se já diversas ações em curso (Tabela 4) estando em fase de conclusão; a) identificação de novas medidas que se consideram adequadas por colmatarem lacunas existentes, e b) a revisão do quadro de indicadores relativos às medidas.

Sector Zonas Costeiras e Mar (GT MAR)

O GT MAR reportou o ponto de situação das ações planeadas, verificando-se que muitas destas encontram-se em curso (Anexo I). Destaca-se a aprovação da candidatura QUIMERA: Envolve estudos e ações de alimentação artificial de sedimentos no quadro preconizado pelo Grupo de Trabalho do Litoral e pelo Grupo de Trabalho dos Sedimentos.

Sector Segurança de Pessoas e Bens (GT SEGUR)

Para além das medidas em curso indicadas na Tabela 4 foram produzidos, no âmbito do funcionamento da Sub-Comissão da Plataforma Nacional para a Redução do Risco de Catástrofes (PNRRC), dois manuais de boas práticas de prevenção e gestão do risco: a) “Gestão do Risco de Inundação. Documento de apoio a boas práticas”; e b) “Cidades Resilientes em Portugal 2016”.

Tabela 4: Estado das ações e/ou medidas consideradas dentro do objetivo ENAAC 2020: “Implementar medidas de adaptação”

Implementar medidas de adaptação		
Grupo Sectorial	Ações e medidas	Estado
GT AGRI	Num quadro de sinergia com o PANCD, desenvolver as medidas relevantes propostas na sua revisão	Em curso
	Aumentar a capacidade de armazenamento da água	Em curso
	Promover o uso eficiente da água	Em curso
	Desenvolver sistemas de gestão de risco	Em curso
	Reforçar os sistemas de alerta e criar procedimentos de prevenção de emergências	Em curso
	Planos fitossanitários e de defesa contra organismos nocivos para a agricultura e floresta	Em curso
	Ações de prevenção e luta contra agentes bióticos nocivos para a agricultura e floresta	Em curso
	Reforço do papel da floresta e da agricultura na proteção do solo e da água	Em curso
	Promover a capacidade de sequestro do carbono dos ecossistemas florestais e agrícolas	Em curso

Implementar medidas de adaptação		
Grupo Sectorial	Ações e medidas	Estado
	Apoiar a diversificação dos produtos e serviços das explorações florestais e das agrícolas	Em curso
	Promover a conservação do património genético animal e vegetal	Em curso
	Preservar e valorizar o património genético de interesse para a agricultura e florestas	Em curso
GT BIODIV	Diminuir a vulnerabilidade de espécies, habitats e ecossistemas aos efeitos das alterações climáticas. (Objetivo Específico Bdv 2.1)	Em curso
	Promover ações de formação sobre as alterações climáticas que contribuam para a valorização das espécies e habitats mais vulneráveis. (Medida Bdv 3.1.2.)	Iniciada
	Mobilizar e fomentar a participação ativa das partes interessadas na discussão e proposta de medidas de adaptação da biodiversidade às alterações climáticas. (Medida Bdv 3.2.2.)	Iniciada
	Promover e participar em projetos de cooperação no contexto ibérico e mediterrânico. (Medida Bdv 4.2.4)	Iniciada
GT ECON	Desenvolver um mapa de risco para zonas de importância industrial, turísticas ou de serviços, bem como das suas acessibilidades e principais ligações.	Proposta
	Identificação das fontes de financiamento relevantes para as atividades económicas sectoriais e elaboração projetos de adaptação que minimizem os impactes e as vulnerabilidades de cada sector face às AC	Iniciada
	Elaborar plano de gestão de risco para estas diferentes áreas sectoriais, incluindo fornecimento de recursos (energia, água, etc.)	Proposta
	Planeamento e adaptação de medidas de atenuação para os diversos riscos identificados (fornecimento de FER, capacidade e armazenamento energético, hídrico, etc)	Proposta
	Promover junto dos <i>stakeholders</i> formas de adaptação adotadas internacionalmente, tal como da diversificação de oportunidades que as AC têm possibilitado em diferentes sectores	Iniciada
	Promover a integração da temática da adaptação nas políticas sectoriais	Proposta
GT ENERG	Diagnóstico junto dos <i>stakeholders</i> – 1ª fase, do nível de implementação das medidas de adaptação identificadas.	Iniciada
	Diagnóstico junto dos <i>stakeholders</i> – geral, do nível de implementação de medidas de adaptação às alterações climáticas.	Proposta
GT FLORT	Promover a conectividade da paisagem	Proposta
	Planos estratégicos para a recuperação das espécies de elevado valor aquícola.	Em curso
	Ações de prevenção de incêndios florestais	Em curso
	Promover a gestão sustentável dos ecossistemas das áreas suscetíveis à desertificação e a recuperação das áreas afetadas	Em curso
	Gestão florestal visando o aumento resiliência e vitalidade dos povoamentos.	Em curso
	Apoiar a recuperação ou reabilitação da mata ripícola e da vegetação ribeirinha	Em curso
	Guia de práticas silvícolas	Proposta
GT MAR	Ver Anexo I	
GT SAUDE	No domínio prioritário Temperaturas Extremas Adversas, têm sido implementados, a nível nacional e regional, os Planos de Contingência para as Temperaturas Extremas Adversas, Módulo Calor e mais recentemente os Planos Saúde Sazonal – Verão e Saúde (vigente entre maio e setembro) e Inverno & Saúde (vigente entre novembro e março), baseados nos efeitos dos fatores ambientais na saúde e indicadores da procura dos serviços de saúde, de morbilidade e de mortalidade.	Em curso
	Em matéria de Vetores Transmissores de Doenças, têm sido implementados os Programas de Prevenção de Doenças Transmitidas por Artrópodes - culicídeos e ixodídeos, os quais integram a rede REVIVE – Rede de Vigilância de Vetores. Estes Programas contemplam, ainda, a vigilância humana através do Sistema SINAVE – Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica e a vertente de controlo vetorial através de uma série de atividades com vista ao levantamento e inspeção dos Criadouros de Mosquitos e à sua eliminação. Foi alargada a vigilância a outros vetores com importância em Saúde Pública, designadamente flebotomos. A rede REVIVE tem a coordenação nacional do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge.	Em curso
	Quanto ao domínio Água, nas Administrações Regionais de Saúde encontram-se em curso os Programas de Vigilância Sanitária da Água de Consumo Humano, que têm como objetivo avaliar a qualidade da água de consumo humano distribuída nas regiões de saúde, com o propósito de proteger a saúde da população da respetiva área de abrangência.	Em curso
	A nível do Ministério da Saúde, com a coordenação da Administração Central do Sistema de Saúde, têm, também, vindo a ser desenvolvidas e implementadas diversas medidas de mitigação às alterações climáticas e de sustentabilidade direcionadas às infraestruturas dos Serviços de Saúde. Estas atividades são desenvolvidas no âmbito do PEBC – Plano Estratégico do Baixo Carbono e do ECO-AP – Programa de Eficiência Energética na Administração Pública, que têm em vista o aumento da eficiência energética dos serviços e organismos da administração pública (também do sector da Saúde) pela redução dos consumos de eletricidade, água e	Em curso

Implementar medidas de adaptação		
Grupo Sectorial	Ações e medidas	Estado
	resíduos e pela redução das emissões de gases responsáveis pelo efeito de estufa.	
GT SEGUR	Adequação do dispositivo operacional do sistema de Proteção Civil à maior intensidade e frequência da	

5. Produtos finalizados

Para o período de 2015-2016 merece o destaque a finalização dos seguintes produtos:

GT SEGUR: Manual “Gestão do Risco de Inundação. Documento de apoio a boas práticas” (Anexo III) que reúne um conjunto de boas práticas implementadas na gestão do risco de inundações, destinadas a evitar o surgimento de novos elementos expostos ou a atenuar vulnerabilidade dos já existentes;

GT SEGUR: Manual “Cidades Resilientes em Portugal” (Anexo IV) relativo a 2016, que tem como objetivo divulgar o trabalho desenvolvido pelos 9 municípios nacionais (Amadora, Cascais, Funchal, Lisboa, Lourinhã, Odivelas, Santo Tirso, Setúbal e Torres Vedras) que integram a Campanha “Cidades Resilientes” (“Making Cities Resilient: ‘My City is getting ready!’ no original);

RA Açores: Relatórios com Identificação e Avaliação de Impactes e Vulnerabilidades face às Alterações Climáticas, por sector (não disponibilizado);

RA Açores: Relatórios com a Identificação e Avaliação de Opções de Adaptação e de Medidas de Adaptação, por sector (não disponibilizado).

6. Lacunas e dificuldades no desenvolvimento dos trabalhos

As principais dificuldades sentidas no desenvolvimento dos trabalhos durante o período 2015-2016, por parte dos GT, traduzem-se essencialmente em lacunas de informação de carácter sectorial, designadamente ao nível das vulnerabilidades às alterações climáticas, a par de algum atraso no arranque e alguma indefinição nos trabalhos de alguns GT.

Alguns GT reportaram dificuldades em obter dados e contributos por parte das entidades envolvidas nos trabalhos. A título exemplificativo, o GT MAR destacou em particular o problema associado à dispersão de dados produzidos por instituições públicas bem como das múltiplas formas de organização e acesso a estes dados.

Adicionalmente verifica-se a necessidade de compilar informação atualizada sobre ações e projetos em desenvolvimento ou a desenvolver relacionados com a temática da adaptação.

Destaca-se ainda o esforço acrescido na coordenação e organização por parte dos grupos de trabalho não existentes na anterior ENAAAC, como é o exemplo o GT ECON e o GT TRANS, bem como na articulação entre as entidades coordenadoras de um mesmo GT ou AT, no caso de partilha de responsabilidades a este nível.

A organização dos trabalhos no âmbito das AT e em particular, a sua articulação com os GT, constitui ainda um desafio em termos da sua operacionalização para todo o Grupo de Coordenação, uma vez que se trata de uma área nova de governação face ao período de trabalhos anterior.

O GT ENERG destacou ainda haver um grande desfasamento entre os horizontes temporais de planeamento do sector energético e do surgimento de impactos significativos das alterações climáticas nesse sector. Considera haver também baixa evidência do aumento do número de fenómenos extremos nas próximas décadas que justifique alterações urgentes no sistema de abastecimento e distribuição de energia atual. Refere também a importância das rápidas transformações do setor energético que podem levar a que eventuais medidas de adaptação se destinem a equipamentos e infraestruturas diferentes, ou mesmo desaparecidas, num futuro não muito distante. O GT ENERG conclui que estas circunstâncias dificultam a perceção da urgência e utilidade de tomar desde já medidas que podem vir a demonstrar-se obsoletas ou mesmo contraproducentes (mal-adaptação). Neste contexto, não obstante a literatura académica nacional e internacional já existente, e os vários estudos, planos e roteiros desenvolvidos sob iniciativa da Administração Central, o GT ENERG identifica a necessidade de disposição de (i) modelos da procura e da oferta de energia sensível ao clima, a nível nacional, e (ii) capacidade interna e permanente de cenarização do sistema energético nacional (e mesmo europeu) em escalas de tempo consistentes com as de alterações climáticas significativas para o sector energético. Adicionalmente considera que as informações de base anual existentes no Portal do Clima são importantes e adequadas numa primeira fase; contudo, para fins de modelação da oferta e procura no sistema energético são necessárias séries climáticas de nível diário ou mesmo horário, ainda não disponibilizadas no Portal.

Importa ainda destacar a falta de recurso à plataforma de partilha por parte das diversas entidades coordenadoras, que ainda não interiorizaram esta forma de partilha de informação.

7. Recomendações e proposta de melhorias

Face às lacunas e dificuldades expostas acima propõem-se as seguintes medidas de melhoria no âmbito dos trabalhos da ENAAAC 2020:

- Reforçar o papel de articulação das Áreas Temáticas, através do agendamento de reuniões temáticas e incentivando-se o reforço dos contributos mútuos entre Grupos de Trabalho Sectoriais e Áreas Temáticas.
- Aprofundar o modelo de reporte entre Grupo de Coordenação, Painel Científico, Áreas Temáticas e Grupos de Trabalho Sectoriais, por forma a potenciar a homogeneidade dos contributos e facilitar a sua compilação em produtos da ENAAAC 2020.
- Iniciar a elaboração dos termos de referência da Plataforma Nacional de Adaptação, incluindo a estrutura de base de dados comum, para obviar as dificuldades sentidas no acesso à informação por parte de diversos GT.
- Promover a partilha de informação no âmbito da ENAAAC 2020, fomentando o recurso à plataforma de partilha documental por parte das entidades coordenadoras dos GT.
- Desenvolver sistema de recolha de informação sobre projetos e ações das diversas entidades a nível nacional, regional e local, por parte das entidades coordenadoras dos GT, apelando à participação voluntária dos agentes sectoriais.

ANEXOS

Anexo I – Ações e medidas do GT Zonas Costeiras e Mar

Anexo II – Temas prioritários a considerar nas AT e GT por proposta do GT Zonas Costeiras e Mar

Anexo III – Manual “Gestão do Risco de Inundação. Documento de apoio a boas práticas”

Anexo IV – Manual “Cidades Resilientes em Portugal”